



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA

Aprovado em 12 Votação
Sessão do dia 11/09/14
1º Secretário

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 061/2014, DE 01 DE
SETEMBRO DE 2014.

Aprovado em 22 Votação
Sessão do dia 11/09/14

1º Secretário

Aprovado em 32 Votação
Sessão do dia 11/09/14

1º Secretário

Altera a Lei Complementar nº 003, de 30 de dezembro de 2009, que "Institui o Código Tributário do Município", acrescentando o parágrafo 4º e § 5º ao seu artigo 182, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Formosa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

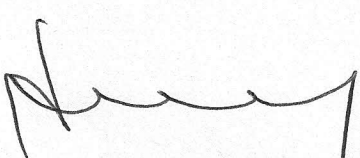
Art. 1º O artigo 182 da Lei Complementar nº 003, de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescido do parágrafo 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º O valor do Imposto fixado para os serviços mencionados no subitem 21 e 21.01 deste artigo não integra o preço dos serviços, devendo ser destacado na respectiva nota de emolumentos dos serviços prestados.

§ 5º A base do cálculo do ISS/QN para os serviços de registros públicos, cartorários e notariais será o valor dos emolumentos cobrados pelos serviços prestados.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, Prefeitura Municipal de Formosa, 11 em 09 de 2014.


ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
Prefeito Municipal



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 061/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

JUSTIFICATIVA


Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Esta proposição visa dar transparência à tributação incidente sobre serviços prestados pelas serventias extrajudiciais localizadas neste Município, cujas receitas possuem natureza de tributo, taxas, como reiteradamente tem se manifestado o Excelso Supremo Tribunal Federal.

Tais receitas submetem-se ao estrito princípio da legalidade, somente podendo ser cobradas quando previstas em norma legal editada pelo Estado de Goiás. A rigidez da exação tributária em apreço, aliada à relevante função fiscal desempenhada pelas serventias extrajudiciais em prol da efetiva arrecadação dos tributos municipais, a exemplo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, justificam a discriminação em separado do tributo pelos serviços prestados.

Ademais, apresentando-se o ISSQN como tributo de natureza indireta, ou seja, sendo seus encargos suportados pelo consumidor final, deve o tributo receber o mesmo tratamento dos demais de mesma natureza sendo, portanto, discriminados autonomamente nos recibos emitidos pelas serventias extrajudiciais.

Nesse sentido, certos da conveniência e oportunidade do pleito, rogamos a essa Egrégia Casa Legislativa que acolha esta proposição destinada ao aperfeiçoamento do processo de arrecadação das receitas originárias deste Ente da Federação.


ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL